

## PARECER JURÍDICO

### PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020-PMC

**TIPO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

**ÓRGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**OBJETO:** Locação de veículo para transporte de universitários.

**ASSUNTO:** exame prévio do edital de licitação e minuta contratual para efeitos de cumprimento do art. 38 e parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**OBJETO DE ANÁLISE** Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

### RELATÓRIO

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, registrado sob o nº 004/2020, cujo objeto é a Locação de veículo para transporte de universitários. Conforme especificações do Termo de Referência, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, alterações da Lei nº 8.883/94 e nº 9.648/98, Lei Complementar nº 123/06, decreto 6.204/07.

Consta no presente certame **Memorando e Justificativa** do secretário de administração, o Sr. Jose Divino Ribeiro Silva, bem como a solicitação e justificativa da abertura do processo licitatório 004/2020.

Consta ainda **Declaração de disponibilidade orçamentária**, declarada pelo Controlador interno, Gustavo Campos da Silva, bem como da Secretária de Finanças a Sra. Maria do Socorro Rodrigues de Sousa e do Contador o Sr. Anário Alves de Sousa, nos termos e condições, constante no **edital**, observando que a despesa tem adequação Orçamentaria e Financeira Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentaria.

Há também, um **Despacho** da Ordenadora de despesa, Sra. Francisca Fabia de Góis Holanda Ramos, comunicando a Comissão Permanente de Licitação que está autorizado a formalização do processo licitatório para aquisição do objeto da presente licitação. Consta ainda **MINUTA DO EDITAL E ANEXOS BEM COMO A MINUTA DO CONTRATO**; Termo de Autuação assinado pelo Pregoeira a Sra. Sirlene Cristina Nunes dos Santos, Decreto nº 001/2020 de 07 de janeiro de 2020.

Buenos



O processo licitatório respectivo foi encaminhado a análise e parecer jurídico acerca da minuta do edital e seus anexos, na modalidade Pregão Presencial nº 002/2020, em atendimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 devidamente indicada no Edital.

É o breve relatório.

### **PARECER**

Inicialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, a qual seja, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração pública, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Pois bem, a presente licitação foi elaborada sob a regência da legislação, Lei nº 8.666/93, atendendo o artigo 37, inciso XXI da **Constituição Federal**, que determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública devendo assegurar condições a todos os concorrentes, com ressalva para os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecido na Constituição Federal bem como na legislação infraconstitucional.

Nesse contexto o artigo 3º da Lei n. 8.666/93, dispõe que a licitação é o procedimento destinado a assegurar os princípios estampados na constituição da “**isonomia na contratação de obras, serviços e compras**” fazendo com que a Administração “**selecione a proposta mais vantajosa**”, com conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório.

Verifica-se que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei com aplicação da Lei 8.666/93, como:

- I – Definição do objeto de forma clara e sucinta;
- II – Local a ser retirado o edital;
- III – Local, data e horário para abertura da sessão;
- IV – Condições para participação;
- V – Critérios para julgamento;
- VI – Condições de pagamento;
- VII – Prazo e condições para assinatura do contrato;
- VIII – Sanções;

Bunoras



**IX – Especificações e peculiaridades da licitação- disposições finais,**

Nota-se que a presente licitação está coesa nos citados dispositivos legais, seu conteúdo está devidamente de acordo com os ditames constitucionais bem como com as normas infraconstucionais que rege a matéria.

É bem verdade que o parecer jurídico possui caráter apenas opinativo e não vinculativo ao administrativo, contudo, verifica-se que a presente licitação consta anexo a Minuta da Ata de Registro de preço, o qual, ao meu ver compreende as exigências da Lei 8.666/93, estando de acordo com o artigo 40 referida Lei.

Vale ressaltar que o conteúdo exposto no procedimento licitatório, ora em análise, está devidamente de acordo com os ditames constitucionais e normas infraconstitucionais que rege a matéria. O que cabe aqui mencionar que ao nosso entendimento não há nenhum impedimento para o prosseguimento do processo.

Recomenda-se, que seja o edital devidamente publicado, o contrato seja fiscalizado, que a Secretaria Administração não realize as aquisições com valores acima do praticado no mercado, que seja verificada as condições de habilitação, bem como as documentações apresentados pelos licitantes, que seja respeitado todos os prazos, atendendo assim a legislação pertinente.

Feitas estas considerações, e para título de orientação, registrar que o processo administrativo previsto na lei de licitações é ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da administração pública, devendo todos os seus atos serem expressos, escritos e devidamente justificados, além de suas páginas numeradas e rubricadas, com a juntada de documentos, todos datados e assinados.

**CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, no que tange aos aspectos legais/jurídicos, opino pela regularidade e aprovação do Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 004/2020-PMC.

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

Contudo, submeto à retificação do gestor superior.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carmolândia-TO, 12 de março de 2019.





FLS. 071

Célia Batista de Moraes  
Assessora Jurídica  
Decreto nº 003-B/2018

Estado do Tocantins  
Município de Carmolândia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMOLÂNDIA / TO  
CNPJ: 25.063.868/0001-61

*Buivros*  
Célia Batista de Moraes  
OAB / TO 7831  
Assessora Jurídica-DPJ